



**JUVENTUDE
SOCIALISTA**

**UMA NOVA AGENDA
PARA O PODER LOCAL**



#doladocertodahistória
www.juventudesocialista.pt

ÍNDICE

1. Uma Nova Agenda para o Poder Local	7
2. Poder Local para o Séc. XXI	9
3. Coesão Social	15
3.1. Educação, cultura e desporto	17
3.2. Emprego, saúde e habitação	19
3.3. Igualdade e direitos sociais	23
4. Coesão Territorial	25



As eleições autárquicas são um dos principais combates políticos que a Juventude Socialista enfrenta na sua atividade. Não só porque são o ato eleitoral que legitima o exercício do poder que está mais próximo das populações, mas também porque envolvem, de forma transversal, os militantes da nossa estrutura.

Valorizamos o poder local democrático porque sentimos que é pela base – em cada rua, bairro, freguesia ou município – que começa a luta para transformar a nossa sociedade. Agindo localmente, mas de forma enquadrada com a nossa agenda nacional, defendemos as nossas terras e conseguimos fazer a diferença, melhorando a qualidade de vida das populações e contribuindo para a resolução dos seus problemas quotidianos.

É por isso que a Juventude Socialista trabalhou nesta “Nova Agenda para o Poder Local”, que pretende ser um documento progressista, reformista e de esquerda, assente em políticas de âmbito local que procurem dar voz à juventude portuguesa, correspondendo às suas legítimas expectativas e aspirações. Perspetivamos novas formas de fazer política, introduzindo

novas ideias que inovem nos procedimentos de gestão, administração e planeamento e que, simultaneamente, desafiem o tempo presente e apresentem uma visão vanguardista para o desenvolvimento das nossas freguesias e municípios.

Não nos mobilizámos momentaneamente para este empreendimento. Temos trabalhado diariamente e em proximidade, temos tomado conhecimento aprofundado das diversas realidades do nosso país, temos promovido formação nas mais diferentes áreas da governação dos órgãos autárquicos, temos acumulado experiências e boas práticas, temos discutido e refletido sobre novas políticas locais. Para tudo isto contribuiu o esforço e entrega de muitos militantes e simpatizantes – grande parte deles candidatos, pela primeira vez, numa lista apresentada pelo Partido Socialista –, jovens que todos os dias colocam o melhor de si ao serviço da causa pública e que representam o que há de mais genuíno no espírito solidário, irreverente e determinado que a juventude corporiza.

“Uma Nova Agenda para o Poder Local” materializa a nossa pretensão de estar, mais uma vez, do lado certo da história: com o objetivo de lutar pelo futuro dos jovens da nossa geração, defendendo políticas que respondam às complexas realidades que hoje enfrentamos, que potenciem o início de uma década de convergência entre Portugal e o restante espaço europeu e que sejam o garante de maior igualdade de oportunidades e de um horizonte de prosperidade e de desenvolvimento.

Um abraço socialista,



Ivan Gonçalves
(Secretário-geral da Juventude Socialista)



JUVENTUDE SOCIALISTA

1. Uma Nova Agenda para o Poder Local

Tendo passado mais de quarenta anos da realização das primeiras eleições autárquicas livres em território nacional, a Juventude Socialista, em conjunto com a sua Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas (ANJAS), apresenta «Uma Nova Agenda Para o Poder Local», documento que constitui um compêndio de ideias, propostas e boas práticas com que os jovens socialistas se apresentam à disputa eleitoral do próximo dia 1 de outubro.

As eleições autárquicas de 2017 surgem num contexto nacional singular. O atual Governo da República liderado pelo Partido Socialista, e sustentando na Assembleia da República por uma maioria de esquerda, alterou substancialmente o rumo das políticas seguidas na última meia década. Em oposição à anterior governação de direita que se vergou à doutrina do empobrecimento e à retórica de que o país vivia acima das possibilidades, ao fundamentalismo ideológico que acentuou desigualdades e instituiu o retrocesso como um novo designio nacional, que elegera para o país o rumo dos baixos salários e dos empregos precários, que mandou os jovens emigrar ou que os empurrou para o desemprego, o Partido Socialista respondeu com uma verdadeira agenda para a década, operando um enorme volte-face na direção política do país, começando a transformar para melhor a realidade.

Os socialistas demonstraram que era possível fazer mais e melhor, de forma diferente, instituindo medidas que viraram a página da austeridade, relançaram a economia e o emprego, impulsionaram uma nova convergência com os restantes países europeus e retomaram um caminho de outrora, rumo a um Estado mais forte, inteligente e moderno. O défice em mínimos históricos ou o maior crescimento económico da última década são exemplos recentes de uma enorme diferença na governação do país, que os portugueses comprovam dia-a-dia tanto ao nível local, como nacional.

Contudo, exige-se, também, um Portugal melhor a nível local. As nossas freguesias e municípios são quem assume maior protagonismo no quotidiano das populações. Por isso, nestas eleições a Juventude Socialista apresenta-se ao eleitorado com ideias, propostas e novas formas de encarar e resolver os problemas. Temos convicção nos nossos valores, mas sabemos que acumulámos experiências no terreno, um conhecimento aprofundado das realidades e com uma ampla reflexão em torno de soluções.

No momento de definir as ideias e propostas que vão ser implementadas ao longo dos próximos quatro anos nos nossos territórios, devemos ser capazes de dar voz e uma oportunidade real a toda uma geração de jovens qualificados e preparados para fazer a diferença nas suas freguesias e municípios. Jovens estes que enfrentam problemas ao nível da emancipação - desde o acesso ao mercado laboral e à habitação - passando pela educação, saúde e cultura.

A Juventude Socialista quer corporizar uma nova forma de fazer política. Tendo a proximidade como grande prioridade, queremos trazer novas ideias e causas para a discussão política. O passado deve ser respeitado, mas devemos ser ambiciosos na construção de um futuro que vá ao encontro das necessidades e ambições de todos os portugueses.

2. Poder Local para o Séc. XXI

Hoje em dia é relativamente unânime afirmar que existe um crescente descontentamento dos cidadãos com a democracia, traduzido em fenómenos de alheamento político, sentimento de falta de transparência no regime democrático e perda de confiança nos partidos políticos, nos órgãos de soberania e em quem exerce o poder. É verdade que, numa sociedade cada vez mais complexa, vários são os fatores que contribuem para essa situação. A JS não ignora o alheamento da população, principalmente dos mais jovens, em relação à política, aos políticos e aos partidos, mas queremos mudar a forma como o cidadão vê a política e também como a política se vê e fala de si mesma.

É num contexto de necessidade de desenvolver uma nova forma de estar e de fazer política que o poder local tem uma importância redobrada. Por ser a primeira linha de contacto direto entre eleitos e eleitores, é também o meio mais imediato de recuperar a frágil relação de confiança hoje existente. Transparência, incentivo à participação dos cidadãos e prestação de contas dos eleitos têm de ser três dos vetores fundamentais numa nova forma de exercer o poder público.

É também neste contexto que uma nova agenda para o poder local tem de ter em conta a utilização das novas tecnologias, num contexto de permanente modernização. Os novos tempos pedem que os debates, as intervenções, as decisões dos órgãos locais e, em geral, todo o tipo de documentos em que se traduz a atividade dos órgãos do poder local democrático sejam verdadeiramente públicos e acessíveis às populações.

Mais do que isso, a atual realidade exige que os serviços públicos sejam eficientes e acessíveis, que os procedimentos sejam desmaterializados e que os instrumentos de controlo do poder e de participação sejam novos, que permitam o pleno exercício de uma cidadania ativa, incentivando os cidadãos a apresentarem os seus contributos e as suas propostas e permitindo que estes decidam verdadeiramente sobre as opções que devem ser tomadas. Contudo, esses mecanismos devem ser complementares e não substitutos das instituições representativas, criando assim uma nova dinâmica política e uma renovada cultura democrática - mais próximas da sociedade civil e envolvendo diretamente os cidadãos, as associações e entidades locais.

Uma nova forma de exercer o poder local tem também de garantir que as competências são dadas a quem tem mais capacidade para as executar. Nesse sentido, a descentralização de competências do Estado central para os municípios e destes para as freguesias assume particular importância. Esta legitima-se no princípio da subsidiariedade, onde se sustenta que um determinado serviço público deve ser prestado pela entidade mais capaz, mais eficiente e mais próxima do cidadão, para que haja mais eficácia na gestão dos recursos, na configuração de oportunidades de geração de valor e riqueza e maior proximidade de escrutínio democrático face às decisões que importam às comunidades.

Só assim se garante que os municípios possam ter um papel crescente na promoção do seu desenvolvimento económico, social e territorial sendo, contudo, necessário que nunca seja posto em causa a natureza pública das políticas nem a universalidade e igualdade no acesso ao serviço público.

Um conjunto de propostas políticas que garantam o acima exposto são:

Aumentar valências dos portais online do município – portal que disponibilize todas as informações relevantes sobre o município, desde atividades culturais, desportivas e recreativas a todo o tipo de documentos relativos ao funcionamento dos executivos e sessões de Assembleia Municipal e de Freguesia, como convocatórias, atas e presenças, intervenções e sentido de voto dos vereadores e deputados municipais e de freguesia. Este portal deve ainda funcionar como “rotunda de informação” para os vários serviços disponibilizados pelo município;

Descentralização de competências municipais – transferindo mais atribuições para as freguesias, fazendo uso da sua maior proximidade

com as populações e da sua capacidade de conhecer mais de perto os problemas, numa lógica de descentralização e subsidiariedade, tendo em conta o melhor interesse dos cidadãos que procuram uma resposta ágil e adequada da administração pública;

Criação de um código de ética autárquico - que vincule todos os autarcas eleitos em órgãos municipais ao cumprimento de princípios e regras que se coadunem com a sua atividade enquanto representantes da população;

Manual de boas práticas para contratação pública – que estabeleça procedimentos e condutas desejáveis para o estabelecimento de contratos públicos, sendo mais rigoroso e exigente do que a lei geral, limitando, por exemplo, as condições para contratação por ajuste direto;

Revisão da legislação que define os Conselhos Municipais de Juventude (CMJ) – dando um novo enquadramento à lei que estabelece a obrigatoriedade de criação dos CMJ e o seu regime jurídico, enquanto órgão consultivo que colabora na definição e execução das políticas municipais de juventude, principalmente naquilo que diz respeito à forma de integração e participação das várias associações de jovens de cada concelho;

Planos municipais de juventude – documentos que definam, para um determinado período de tempo, a estratégia do município na área das políticas da juventude, elaborados pelos responsáveis políticos em plena articulação com os Conselhos Municipais de Juventude;

Sessões de simulação de Assembleias Municipais para jovens - onde seja possível que os mais novos participem, como atores diretos, simulando a apresentação, discussão e votação das suas propostas, as quais poderão eventualmente ser aprofundadas e tidas em conta pelos órgãos oficiais da autarquia. As autarquias deverão atuar em estreita articulação com escolas e com o Conselho Municipal de Juventude na seleção dos jovens que experienciarão o papel de um deputado local, promovendo-se assim o interesse para a importância e para o trabalho que é desenvolvido ao nível dos órgãos do poder local democrático;

Dinamização local do projeto parlamento dos jovens – por ser um espaço de excelência na definição da consciência crítica e capacidade de análise dos jovens, não só ao nível do Parlamento, como ao nível das escolas locais;

Rede wi-fi de acesso gratuito – Facilitando o uso das novas tecnologias e promovendo a utilização de espaços públicos. A colocação de uma rede Wi-Fi de acesso gratuito deve privilegiar os centros históricos, espaços públicos e equipamentos municipais;

Criação da figura do Provedor do Município - cidadão designado, em Assembleia Municipal, que assumirá a responsabilidade de garantir a defesa e a prossecução dos direitos, garantias e interesses legítimos dos municípios, perante os órgãos e serviços municipais;

Criação de aplicações “O meu município” para telemóveis – integração simplificada com os serviços e informações do portal online do município e adição de funções como a resolução de problemas em mobilidade, de que é exemplo a possibilidade de os cidadãos identificarem, num mapa, zonas que necessitem de intervenção dos serviços da autarquia;

Transmissão das reuniões públicas dos órgãos autárquicos – difusão das sessões de Câmara, de Assembleia Municipal e de Assembleia de Freguesia em direto, através do portal online da autarquia e das suas redes sociais, mantendo sempre um registo consultável dessas transmissões;

Orçamentos Participativos Jovens Municipais - reservando uma parcela do orçamento municipal para iniciativas discutidas e decididas pelos jovens do concelho, desejavelmente através do Conselho Municipal de Juventude, com base em propostas suas e incentivando a participação no processo de decisão local;

Realização de referendos locais – consultando, periodicamente, os municípios em questões de relevância como concessões de bens ou serviços públicos por longos períodos. Idealmente, a realização de referendos locais deverá fazer uso de mecanismos de voto digital;

Simplex autárquico – Aprofundar os processos de desmaterialização administrativa, apostando numa modernização dos serviços, designadamente através do recurso à informatização dos processos e à disponibilização de serviços recorrendo às novas tecnologias, obtendo assim ganhos diretos ao nível de custos, acessibilidade e eficiência. Idealmente, ao cidadão deve ser possível aceder à generalidade dos serviços, bem como executar todo o conjunto de responsabilidades para com a autarquia, através do seu telemóvel;

Criação de critérios de apoio ao associativismo – garantindo a existência de um regulamento geral, que clarifique critérios ligados à atividade regular das associações e estabeleça métricas de execução dos apoios, assegurando uma maior eficácia e transparência na atribuição de apoios diretos e indiretos;

Projetos de voluntariado intergeracional - envolvendo a comunidade escolar e permitindo que pessoas já em idade não ativa acompanhem alunos das escolas básicas nos seus percursos habituais entre a casa e a escola, garantindo a sua segurança, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento de laços interpessoais entre gerações mais velhas e mais novas;

Criação de um passaporte para a cidadania - que valorize e reconheça o envolvimento dos jovens nas mais diversas formas de participação em organizações de caráter associativo, cooperativo e voluntário do município;

Cooperação com as comunidades de língua portuguesa – as autarquias deverão estabelecer parcerias com associações locais no sentido de criar programas específicos de valorização e aprofundamento dos laços que unem as comunidades de língua portuguesa no mundo, em particular a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), reconhecendo no passaporte para a cidadania a participação dos jovens nestes programas;

Implementação de sistemas de gestão da qualidade – de forma a contar com procedimentos bem definidos e de acordo com as metodologias mais adequadas em todos os serviços da autarquia. A garantia da qualidade deve ser feita através da certificação por entidades externas, como é um exemplo a certificação ISO 9001, assegurando que os serviços funcionam de forma eficiente, célere e eficaz.

Elaboração de um índice de sustentabilidade ambiental municipal - a ser elaborado e publicitado anualmente por entidades independentes de reconhecida competência, colocando os municípios sob um maior escrutínio público e constituindo um incentivo para um maior investimento das autarquias nesta área;



3. Coesão Social

Eleger a coesão social como um desígnio da atuação do poder local significa ir para lá da óbvia resolução de problemas inerentes à desigualdade socioeconómica. Neste domínio, entendemos a coesão como o conjunto de princípios que devem reger uma sociedade justa, fraterna, cooperante e desenvolvida.

Dessa forma, preocupa-nos a resolução das dificuldades com que se debatem os agregados de menores rendimentos, compreendendo o combate à pobreza e exclusão social como pilares fundamentais de uma estratégia social centrada na dignificação dos cidadãos. Contudo, não circunscrevemos toda a ação política a este domínio, mas antes alargamos o seu âmbito ao cumprimento dos direitos constitucionalmente garantidos e daqueles que, fruto da dinâmica social, se entenda ser premente consagrar. Por isso a coesão social não assenta num pendor caritativo da atuação política, mas antes numa perspetiva de iniciativa pública que garanta o essencial de uma vida condigna, como o pão, a habitação, o trabalho, a saúde ou a educação, mas também as novas formas de igualdade de acesso a bens e serviços para lá do mínimo social.

A redução e extinção de bolsas de pobreza, a eliminação da discriminação socioeconómica de minorias, a existência de uma rede de escolarização que reduza drasticamente o analfabetismo e a iliteracia e funcione como um verdadeiro elevador social, um mercado de trabalho digno e com direitos e um sistema de segurança social que preste cuidados de saúde para todos, não deixando ninguém desprotegido, são alguns dos vetores que podem promover uma efetiva igualdade de oportunidades para que todos os cidadãos se realizem plenamente no seio das comunidades em que se inserem.

É ainda pertinente assegurar a igualdade de todos perante o poder local, na medida em que a sua capacidade de adoção de medidas públicas não crie novas formas de iniquidade, seja no tratamento perante os serviços municipais ou de freguesia, seja na disponibilidade de infraestruturas fulcrais ao desenvolvimento da vida quotidiana. Mais do que isso, entende a Juventude Socialista que é também ao nível do poder local que se podem criar soluções para uma redistribuição mais justa da riqueza gerada ou para um mercado de trabalho mais digno, estável e de qualidade. Desde logo através da eliminação dos vínculos precários e das más práticas laborais existentes, ainda hoje, na administração local.

Não podemos esquecer, também, os cidadãos com mobilidade reduzida ou portadores de deficiência e a necessidade de serem reforçados os mecanismos de apoio e integração que têm de estar à sua disposição, nomeadamente a remoção das barreiras arquitetónicas que proliferam ainda hoje.



3.1. Educação, cultura e desporto

Criação de programas de orientação vocacional – através da celebração de protocolos com instituições de ensino, fomentando a formação profissional nas áreas que mais se adequam a cada concelho como o mobiliário, têxtil, turismo ou outras;

Mais e melhor educação – prioridade à educação, através de medidas que garantam o efetivo cumprimento da descentralização de competências do poder central para as autarquias, bem como das responsabilidades que o poder local deve ter nesta matéria. Várias são as políticas que poderão ser executadas nesta área, dependendo da realidade concreta de cada município. A contratualização de psicólogos e nutricionistas, devidamente integrados em contexto escolar, por forma a acompanhar as necessidades reais dos estudantes, a oferta de pequenos-almoços ou de material escolar indispensável, o investimento na manutenção e requalificação dos espaços escolares, a gratuidade do transporte escolar dentro do concelho ou a oferta de uma viagem mensal aos estudantes que estudem em instituições de ensino superior fora do município são bons exemplos de políticas que podem ser implementadas pelas autarquias;

Atividades de enriquecimento curricular e ocupação de tempos livres – contribuindo para a promoção da escola a tempo inteiro e dos domínios da educação para lá da escola tradicional. Estas atividades devem promover ofertas formativas extracurriculares a preços acessíveis, procurando garantir igualdade de acesso a agregados familiares mais carenciados e a alunos com necessidades educativas especiais;

Atribuição de bolsas de mérito e excelência - de âmbito artístico, académico, desportivo e escolar, nos vários níveis de ensino. Além do

reconhecimento que é dado ao estudante, estas bolsas reforçam a proximidade entre o concelho e as famílias;

Bibliotecas municipais abertas 24h – criando um horário de funcionamento ininterrupto, para que estes espaços possam servir os estudantes fora do período de aulas, que é quando efetivamente podem beneficiar dos recursos existentes nas bibliotecas;

Cedência de espaços públicos a artistas locais – de forma a que seja possível que existam concertos de bandas locais ou que artistas tenham lugares para expor as suas obras;

Introdução dos jogos tradicionais e modalidades locais no desporto escolar – em total articulação com as coletividades, clubes e associação locais;

Programas de desporto para a terceira idade – contrariando a habitual diminuição da atividade física com o envelhecimento, ao mesmo tempo que se promove a adoção de estilos de vida saudável e a valorização da atividade física regular;

Promover a formação de técnicos municipais nas áreas da igualdade – desde os temas da violência doméstica e no namoro, passando pela violência na escola, pela discriminação sobre pessoas LGBT, pelas questões da igualdade de género, entre muitos outros temas;



3.2. Emprego, saúde e habitação

Celebração de acordos tripartidos para recuperação de imóveis devolutos – os proprietários cedem o uso do imóvel para que a autarquia o recupere. Após a sua restauração, a autarquia rentabiliza o seu investimento através do mercado de arrendamento. Durante este período os proprietários terão isenção do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, adquirindo novamente o uso do imóvel e mantendo-se o contrato de arrendamento ao inquilino após o termo do tempo contratualizado;

Recuperação de edifícios municipais devolutos – tendo uma atitude proactiva na reabilitação, para que seja possível a existência de mais habitação, nomeadamente através da participação das autarquias no novo Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. Os edifícios reabilitados deverão reforçar o mercado de arrendamento para as classes médias e famílias jovens;

Disponibilização de terrenos municipais para habitação a custos controlados - nos casos em que os terrenos não tenham utilização ou destino de interesse municipal. Esses terrenos devem servir para a construção, feita pela autarquia ou por privados, de habitações que reforcem, posteriormente, o mercado de arrendamento;

Criação de bancos de materiais de construção a baixo custo - reaproveitando e reutilizando materiais usados como portas, caixilharias,

fechaduras, na recuperação de habitações urbanas devolutas. Deste modo promove-se uma gestão eficiente de recursos e combate-se o desperdício de materiais;

Criação de edifícios habitacionais conjuntos para jovens estudantes – funcionando como residências universitárias e, idealmente, operando com protocolos de parceria entre a autarquia e os serviços de ação social das instituições de ensino superior.

Programas municipais de arrendamento intergeracional – Através do aluguer a jovens estudantes de quartos em casas de pessoas idosas, possibilitando uma renda de baixo custo e promovendo o contacto entre diferentes gerações e combatendo a solidão e o isolamento desses idosos. Estes programas de arrendamento devem juntar a autarquia e as instituições de ensino superior, de forma a monitorizar a execução dos contratos;

Isenção de taxas para jovens que queiram reabilitar ou construir dentro de ARUs – atraído jovens para as Áreas de Reabilitação Urbana, procurando conseguir o duplo objetivo de fixar população jovem em centros históricos ou áreas degradadas das cidades, ao mesmo tempo que se recuperam essas zonas;

IMI jovem – isenção de IMI, por um período de vários anos, a jovens que adquiram uma primeira habitação, proporcionando maior segurança financeira a estes jovens e aumentando a sua capacidade de emancipação;

Criação de incubadoras de empresas – aproveitando, preferencialmente, espaços municipais existentes para a ocupação de empresas recém-criadas, de forma a alavancar as ideias dos jovens empreendedores e o estabelecimento dessas empresas;

Implementação de uma carta municipal de inovação e empreendedorismo – que seja um documento orientador e congregue a estratégia do município no apoio à atividade empreendedora e à criação de novas empresas e que explicita todos os apoios à inovação, ao empreendedorismo e à defesa da propriedade intelectual;

Criação do estatuto de jovem empreendedor – que conceda um conjunto amplo de benefícios e apoios a jovens que desenvolvam projetos de criação de empresas, de forma a criar condições para a sustentabilidade dessas empresas, das suas ideias de negócio e dos postos de trabalho que criem;

Organização de feiras intermunicipais de tecnologia e inovação – procurando reunir várias empresas de uma determinada região num grande evento, que permita, por um lado, que essas empresas divulguem as suas ofertas de emprego, o seu ramo de atividade ou os seus produtos, como também possibilite uma oportunidade a potenciais investidores ou trabalhadores que estejam à procura de emprego;

Criação de marcas locais – como mecanismo de comercialização de produtos regionais, através da certificação desses produtos e da criação das respetivas denominações de origem e recorrendo a um conceito de marketing territorial, que diferencie positivamente a região, valorizando assim os produtos locais e aumentando a sua competitividade no mercado nacional;

Criação de programas de estágios municipais – que possibilitem aos jovens o acesso a um primeiro emprego em serviços municipais, mas também em empresas da região, exigindo-se assim que os municípios estabeleçam parcerias e protocolos com essas empresas. Desta forma é dado um primeiro passo para o objetivo de fixar localmente os jovens para que estes possam ter uma oportunidade de construir o seu futuro pessoal e profissional na sua terra.

Assegurar a efetiva implementação a nível local do programa “Garantia Jovem” – procurando que as autarquias desempenhem o seu papel em assegurar que, até quatro meses após a conclusão de um ciclo de estudos, um jovem tem necessariamente acesso a um emprego não precário, a um estágio profissional ou a um ciclo de formação adicional;

Benefícios fiscais para empresas que apostem na empregabilidade de jovens – isenção de taxas municipais, como a derrama, para empresas que comprovadamente criem novos postos de trabalho fixos para jovens e que estejam isentas de trabalhadores em situação precária;

Criação de gabinetes de apoio à inserção na vida ativa – como ferramenta complementar vocacionada para a procura ativa de emprego, garantindo formações em diversas áreas vitais como a construção de um curriculum vitae, de cartas de resposta a anúncio, preparação para entrevistas de emprego, entre outras. Será essencial uma articulação permanente com os centros IEF, não só na angariação de ofertas de emprego, como na divulgação junto da população desempregada;

Eliminação dos falsos recibos verdes nos serviços municipais – Na diminuição da precariedade, o Estado deve ser o primeiro a dar o exemplo, pelo que as autarquias devem fazer um levantamento das suas prestações de serviço e avaliar quais representam situações de falsos recibos verdes, integrando-os num quadro privativo do Estado;

Reforço da rede pública de jardins de infância e alargamento dos seus horários – de forma a reforçar a oferta pública deste tipo de equipamentos, permitindo não só assegurar a universalização da frequência da educação pré-escolar, como também facilitar a vida das famílias com filhos a cargo;

Apoio na aquisição de vacinas - a famílias carenciadas e para vacinas que estejam fora do âmbito do plano nacional de vacinação;

Realização de rastreios de saúde gratuitos – que funcionem de forma itinerante e descentralizada, dando condições para que os munícipes possam avaliar o seu estado de saúde e organizando ações de sensibilização e prevenção sobre doenças com elevada incidência na população portuguesa;



3.3. Igualdade e direitos sociais

Eliminação de barreiras arquitetónicas – adaptando os edifícios e equipamentos municipais à plena acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Os municípios devem promover a eliminação de barreiras, bem como desenvolver equipamentos de auxílio à mobilidade urbana como sinais de trânsito, passadeiras, semáforos com rampas e elevadores adaptados, entre outros;

Adoção de planos municipais para a integração de imigrantes – porque é a nível local que se faz a integração, é fundamental que as autarquias criem planos que definam princípios e orientações comuns e concertadas para as diferentes entidades locais envolvidas no processo de acolhimento;

Criação de hortas sociais – parcelas de terreno, propriedade do município, previamente delimitadas e cedidas aos interessados, mediante concurso, para a criação de uma horta. A autarquia pode apoiar o desenvolvimento da horta nomeadamente através da cedência de sementes ou ao nível da colocação de pontos de água ao longo das várias parcelas de terreno;

Criação de universidades seniores – com o objetivo de contribuir para a resolução de problemas que afetam de forma crescente as gerações mais idosas, como o isolamento, a solidão e a deficiente qualidade de

vida que estes dois fatores provocam. Estas devem promover atividades sociais, culturais e educacionais, num contexto de formação ao longo da vida;

Criação e divulgação de gabinetes de apoio à vítima – quem prestem apoio específico em áreas como a violência doméstica, discriminação e roubo, através de serviços de orientação, psicologia e advocacia;

Criação de bolsas de voluntariado municipal – geridos pelas autarquias em estreita colaboração com o movimento associativo local, permitindo aos interessados disponibilizar um pouco do seu tempo para, de forma voluntária, colaborarem na prestação de apoio às comunidades locais. O uso das novas tecnologias poderá permitir a centralização de diversas ofertas de voluntariado, categorizando-as por tipologia e áreas de atuação, ficando essa informação disponível de forma rápida e direta a todos os interessados.



4. Coesão Territorial

Portugal tem enfrentado nas últimas décadas um êxodo rural progressivo, com as regiões do interior a serem votadas ao esquecimento e conseqüente despovoamento, envelhecimento e empobrecimento. Assim, a preocupação com uma forma de desenvolvimento do país que garanta a sua sustentabilidade tem vindo a assumir uma relevância cada vez maior no pensamento e execução de políticas públicas.

Ao nível do território, a promoção do desenvolvimento sustentável implica que se fale no conceito de coesão territorial, isto é, na capacidade de as cidades e regiões dinamizarem, de forma integrada e harmoniosa, processos de desenvolvimento regional e de assegurarem o acesso generalizado a serviços de interesse e utilidade para as populações, tendo em vista a redução das disparidades e a correção das assimetrias entre os diversos territórios. Todos os cidadãos, sem exceção, têm de ter acesso aos serviços do Estado como a educação, a saúde e a justiça, ou outros serviços de importância fundamental como a cultura e o desporto. Uma região coesa, conectada e sustentável é uma região atrativa e que representa uma boa oportunidade para o investimento.

Mas falar em desenvolvimento sustentável implica, também, que se interpelem as questões do meio ambiente e do bom uso dos recursos naturais, pensando políticas que promovam a sustentabilidade das nossas florestas, do mar e demais recursos naturais, bem como a sustentabilidade energética.

Importa, ainda, analisar novas soluções para as acessibilidades e mobilidade das populações, preocupações intrínsecas das sociedades avançadas, desempenhando um papel fundamental na vida de todos os cidadãos.

É, também, necessário um planeamento que recupere uma boa relação entre o meio rural e o meio urbano e que estabeleça uma ordem equilibrada na rede de aldeias, vilas e cidades. Estas questões têm implicações em diversas áreas, como os direitos e deveres da propriedade fundiária, com a divisão da propriedade, com a regulação do mercado imobiliário, entre outras.

Tendo em vista responder a estas preocupações, a Juventude Socialista propõe:

Criação de bolsas de terrenos agrícolas – para cedência ou arrendamento, permitindo uma gestão dos terrenos baldios, dando-lhes uso para hortas sociais ou para outros projetos agrícolas;

Criação de redes de carregamento de veículos elétricos – através da celebração de protocolos com a MOBI.E, em que esta empresa instala os postos de carregamento e o município emite as respetivas licenças de utilização e se encarrega dos trabalhos de criação de ramais subterrâneos para o fornecimento de energia elétrica e suporta os encargos com a disponibilização de eletricidade até que o posto fique sujeito às regras de mercado;

Substituição dos veículos municipais por veículos elétricos – incentivando a transição para a utilização de veículos menos poluentes, reduzindo consumos, emissões de gases com efeito de estufa e níveis de ruído em meio urbano;

Criação de redes municipais de ciclovias e de sistemas de bicicletas públicas de utilização partilhada – que cubram não só os centros históricos dos municípios, mas que permitam a sua ligação aos principais pontos de entrada nas cidades proporcionando, por um lado, segurança aos ciclistas, e por outro a promoção de um meio de transporte não poluente e saudável;

Criação de bolsas de estacionamento nas zonas periféricas das cidades – assegurando ao mesmo tempo boas alternativas de transporte público para os centros das cidades, evitando que os cidadãos utilizem viatura própria, promovendo assim uma mobilidade urbana mais organizada e sustentada;

Transportes escolares gratuitos – todos os alunos que frequentem um nível de ensino até ao ensino secundário devem ter o passe escolar a ser suportado pela autarquia. Aos alunos que estudem noutros concelhos, sobretudo em instituições de ensino superior, deve ser garantida a gratuitidade de uma viagem mensal de ida e volta;

Apostar nas redes de transportes intermunicipais – ligando vários concelhos de um mesmo distrito ou região, facilitando movimentos pendulares da população estudantil, laboral e aposentada;

Instalação de oleões junto dos ecopontos – uma vez que o óleo usado é um dos resíduos cujo tratamento é mais difícil e cujo despejo não tratado pode causar um impacto irreversível no meio ambiente;

Cobertura total da rede de saneamento e tratamento de efluentes – uma vez que ainda existem no país muitas áreas com falhas na rede de saneamento e outras onde as águas residuais são descarregadas diretamente nos rios e mares. É imperioso que se garanta uma total cobertura da rede de saneamento e o tratamento das águas residuais;

Reduzir a utilização do papel na administração local – incentivando a exigência de documentação digitalizada nos atos administrativos e implementando sistemas informáticos em todo o tipo de serviços da autarquia;

Promoção da eficiência e certificação energética – não só nos processos e edifícios da autarquia, procedendo a auditorias energéticas e adotando medidas tendentes à redução da fatura energética do município e à progressiva utilização de energias renováveis, bem como na criação de incentivos aos privados, através de medidas como a redução do IMI, que cumpram com determinados critérios que terão de ser certificados;

Iniciativa “Pegada Zero” – de forma a que as câmaras municipais, depois da realização de uma auditoria energética, adotem medidas no sentido de compensar as emissões poluentes estimadas com a sua ação;

Criação de planos municipais de reflorestação e limpeza da orla costeira – numa ótica de respeito pela natureza e de promoção da fauna e flora locais;

Pontos de troca de lixo por bens pecuniários – de forma a incentivar hábitos de reciclagem nas zonas com maiores problemas de despejo de resíduos nas ruas;

Promoção da reciclagem e fiscalização da correta separação de resíduos – realizando campanhas de sensibilização para a correta separação dos resíduos, criando redes de pontos de recolha seletiva e garantindo um sistema eficaz de tratamento e reciclagem desse mesmo lixo;







JUVENTUDE
SOCIALISTA

[#doladocertodahistória](https://www.juventudesocialista.pt)
www.juventudesocialista.pt